

ATA DA 6ª. REUNIÃO ORDINÁRIA – BIÊNIO 2019/2020 DO COMDEMA
REALIZADA EM TRÊS DE JULHO DE 2019.

No dia três do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a 6ª. Reunião Ordinária – biênio 2019/2020 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório do Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos - Praça Washington s/nº. - José Menino, Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura e aprovação das atas da 4ª e 5ª Reuniões Ordinárias e 1ª Extraordinária; 2 – Assuntos relativos ao Programa Município Verde e Azul do Governo do Estado de São Paulo – Sr. Fernando Almeida; 3 - Comunicados da Secretaria; 4 – Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes, senhores (as): João Luiz Cirilo F. Wendler (SEMAM I), Marcio Gonçalves Paulo (SEMAM II), Marcos Bandini Pellegrini (SESEG/DEFESA CIVIL), Fátima Regina Faleco Dias (SEDUC), Fernando Carniceli (SEFIN), Paulo G. Monteiro (SETUR), Paulo Antonio Fritelli (SMS), Rodrigo G. M. de Azevedo (SEDS), Greicilene R. Pedro (SEDURB), Rodrigo Cavaleiro (SECULT), Roberto Moyano Souza (SESERP), Rodrigo G. M. de Azevedo (SEDS), Eduardo Kimoto Hosokawa (SEDURB), Ricardo Salgado e Silva (SAPIC), Larissa S. O. Cordeiro (SEGOV), Ana Paula C. Machado (COHAB), Marly Alvarez Cimino (PRODESAN), Luciane Alves Maranhão (UNISANTA), Maria Fernanda Palach (São Judas - UNIMONTE), Alba Kannebley (ACS), Élio Lopes (CREA), Elenilda Pereira da Silva Apostolo e Eduardo Lustoza (AEAS), Zenivaldo Ascenção (ABES), Fábio Antônio Boturão Ventraglia (SIND. QUÍMICOS), José Roberto dos S. Fernandes (ASS), Luiz Renato Prado Ribeiro e Ibrahim Tauil (CONCIDADANIA), Carlos Henrique Borba Cargiano (IMA) e Mario Bernardino Filho (COMEB). Ausências justificadas: UNISANTOS, EPUSP e OAB. Ausentes: SEMES, SIEDI, SECULT, SECOM, CET, UNILUS, CIESP, ACRIS, Vidas Recicladadas, Diretório Acadêmico – UNIP. Observadores especiais: Rosa C. F. Nascimento (Sabesp). Convidados: Dionísio Andrade (Concidadania), Andréa Campanelli (Lixo Zero), André Tome Lourenço (Lixo Zero), Maitê Florêncio Anedesi (Lixo Zero), Natália Dias Gonçalves (Lixo Zero) e Sra. Mabel Fernandes (SEMAM). O Presidente deu início à reunião cumprimentando todos os presentes e perguntou se todos receberam as atas previamente enviadas por e-mail. Estes responderam que sim, dispensaram a leitura destas e por unanimidade consideraram as **atas aprovadas**. No item 2, o Presidente apresentou o Sr. Fernando Almeida, interlocutor do Programa Município VerdeAzul (PMVA) no município de Santos, realizou apresentação do Programa com ênfase ao desempenho da cidade no Ciclo 2018. Trata-se de programa ambiental, iniciado em 2007 pelo Governo do Estado de São Paulo, com o propósito de estimular e auxiliar os municípios paulistas na eficiência da gestão ambiental, com a descentralização, valorização da agenda ambiental local e estratégias para o desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo. O PMVA apresenta tarefas vinculadas aos seguintes critérios: município sustentável, estrutura e educação ambiental, conselho ambiental, biodiversidade, gestão das águas, qualidade do ar, uso do solo, arborização urbana, esgoto tratado e resíduos sólidos. Em 2018, o município de Santos ficou na 38ª. posição no ranking geral do PMVA, com 85,37 pontos. Ele também informou sobre a melhora no desempenho de municípios da Baixada Santista no PMVA, com destaque para Bertioga (também certificado em 2018), Praia Grande e Itanhaém. No caso de Santos, os critérios com melhor pontuação foram Município Sustentável e Conselho Ambiental (10), Uso do Solo (9,65), Resíduos Sólidos (9,42) e Estrutura e Educação Ambiental (9,35). Tanto o Sr. Fernando como alguns conselheiros destacaram a importância pela melhora nos desempenhos dos critérios: Gestão das Águas e Arborização Urbana, que refletirá diretamente na nota final em 2019. No primeiro, pela identificação, conservação de nascentes e promoção de ações de educação ambiental com tal propósito e, na segunda, pelo prosseguimento do censo arbóreo no município. Em seguida, o interlocutor informou que no último dia 26 de junho, houve a entrega do troféu do PMVA – Ciclo 2018 na 377ª. Reunião Ordinária do CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Na ocasião, o Secretário de Meio Ambiente, Marcos Libório, recebeu o troféu representando o município de Santos. Neste momento, o

interlocutor apresentou aos conselheiros o troféu referente ao Ciclo 2018. O Sr. Fernando Almeida também destacou os benefícios concedidos aos municípios certificados, como a preferência na captação de recursos nas esferas estadual e federal, como o FECOP – Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição. Outro exemplo ocorreu em 2017, quando Santos foi certificado, ficando na 44ª. posição no ranking geral, com 80,88 pontos. Naquele ano, o município recebeu a verba de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), repassada pelo FECOP para aquisição de máquina trituradora de galhos, a ser utilizada no Programa “Composta Santos” (em fase de implantação). Em seguida, houve uma breve explanação acerca do Ciclo 2019, com início em outubro de 2018 e término em outubro próximo. Ele frisou que os municípios certificados devem apresentar pontuação mínima de 80 pontos. Na sequência ocorreram explicações sobre 02 (duas) tarefas do PMVA para serem atendidas no atual ciclo. A primeira, do critério Conselho Ambiental (CA), intitulada como CA6, refere-se à produção e divulgação de pelo menos uma Resolução por ciclo ambiental no COMDEMA, ou seja, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente deverá publicar, ao menos, uma RESOLUÇÃO AMBIENTAL no atual ciclo. Exigência feita pelo PMVA – Ciclo 2019 (de outubro/2018 a outubro/2019), que conta como pontuação de 1,00 ponto para o município. Foram explanados por alguns conselheiros possibilidades de textos para elaboração de Resoluções, que serão encaminhadas à Câmara de Legislação Ambiental devendo esta apresentar a minuta para a próxima plenária marcada para o dia 07/08/19. A segunda, do critério Qualidade do Ar (QA), intitulada como QA1, refere-se à apresentação de cronograma para previsão de substituição e manutenção da frota municipal e terceirizada, se houver, com o aval do Conselho Municipal de Meio Ambiente e sua respectiva publicidade, cuja pontuação máxima é de 1,35 pontos para o município. Dentro do atual Ciclo do PMVA, a frota própria da Prefeitura de Santos passa por manutenção programada periódica, com previsão de substituição tão somente nos casos que apresentarem defeitos considerados irreparáveis. O presidente do COMDEMA, Sr. Marcio Paulo pediu a palavra para apresentar informações acerca dos testes de opacidade realizados em veículos da frota municipal. Informou que a Prefeitura contratou um estudo de emissão de gases de efeito estufa da frota municipal própria e locada e que a empresa já executou o estudo e recebemos a quantidade de 11.913 árvores a serem plantadas para a compensação dessa emissão, sendo encaminhado para a SEMAM, através de processo de nº. 40534/2019-71, no qual foi firmado compromisso do plantio. Na sequência, o Sr. Fernando Almeida retomou a palavra para concluir sua apresentação, informando que a logomarca do PMVA sofreu uma mudança em comparação a 2018. No caso, foi incluída a imagem de um globo terrestre no centro da figura, cujo objetivo é integrar o Programa com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). A referida logomarca converge com seu atual tema, intitulado como: “AÇÃO LOCAL POR UMA CAUSA GLOBAL”. Finalizando a apresentação, o S. Fernando Almeida agradeceu a todos pelo convite e colocou-se à disposição para dirimir dúvidas sobre o assunto junto aos conselheiros. Sr. Márcio Paulo pontuou sobre atenção especial, nas diretivas de gestão de águas e arborização. Participou sobre a diretiva de esgoto tratado do PMVA, na qual deixam de receber pontuação os municípios que tem emissários submarinos. Sr. Fernando complementou informando que os municípios do interior principalmente as cidades menores que mantêm estruturas específicas para o tratamento de esgoto, levam vantagem na pontuação. Sr. André perguntou se há pessoa responsável para gestão de águas. O Presidente informou que se estuda sobre estrutura específica dentro da Prefeitura, até porque, tem-se necessidade de área apropriada não só para drenagem, mas para o saneamento municipal, porém depende de reforma administrativa e informou não haver pessoa determinada, sendo a questão tratada dentro da SEMAM. O Presidente pontuou sobre reunião da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SUM) do Comitê de Bacia para tratar da reclassificação dos corpos d’água do estado de São Paulo (decreto nº. 8468 de 08/09/76); esta demanda será administrada neste semestre. Sr. Eduardo Lustoza perguntou sobre as águas subterrâneas. Sr. Fernando informou que não existe e o mais atrelado é acerca da identificação de nascentes. Sr. Eduardo Lustoza informou que as águas subterrâneas é a solução utilizada mundo afora e

ênfatiou a importância do lençol freático. Sr. Fernando posicionou que a cada 04 anos há revisão dos indicadores do PMVA, a próxima será no 2º. semestre de 2020 e será pautada as pontualidades em que os municípios da Baixada Santista são desfavorecidos. Sr. André destacou que a questão das águas é um tema a ser tratado com prioridade. Sr. Fábio (Sindicato dos Químicos) perguntou se os impactos dos parques químicos e de poluição portuária influenciam nos índices da Baixada Santista. Sr. Fernando informou sobre indicador específico de avaliação da qualidade da água, na qual a nota é atribuída, automaticamente, pela Secretaria de Recursos Hídricos. Sr. Paulo Fritelli perguntou se o índice depende ou não das concessionárias, pois pesa muito e se há verba do PMVA destinada às melhorias. Em resposta a 1ª. pergunta o Sr. Fernando informou que há um indicador voltado para a imputação dos dados no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água (SISAGUA) fornecido pela Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária) dos municípios e participou que este é um dos indicadores que solicitarão revisão de dados e quanto à verba informou que há o FECOP com o propósito de financiar projetos atrelados a questão ambiental e um fator de peso é o município ter o selo do PMVA. Sra. Marly perguntou se o de Santos é o melhor pontuado. Este informou que sim, e que também Bertiooga conseguiu o selo do PMVA. Sr. Renato perguntou se há transparência na imputação das notas e quantos municípios no estado de São Paulo obtiveram o selo. Sr. Fernando respondeu que as notas são imputadas por técnicos da SMA e disponíveis no site do PMVA que é vinculado ao SMA e, em relação ao número de municípios sustentáveis, informou que a SMA através de seus técnicos dá o feedback aos municípios para posterior divulgação no site. No tem 3, o Presidente informou sobre o 2º. ciclo do chamamento de propostas para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) que deverão ser entregues até o dia 29 de julho/2019 e que entrem no site do CBH/BS (cbhbs@uol.com.br), baixem a deliberação nº. 356/2019 e realizem a subscrição de projetos e participou que a Câmara de Planejamento Técnico de Projetos deverá começar análise a partir de 15/08/2019. Informou sobre o Programa Composta Santos que é da Prefeitura focado nas feiras livres e da poda de árvores com 12 metas elencadas, 10 estão em andamento e 02 conclusas. Comunicou que o terreno (bairro da Alemoa) do projeto, foi licitado ontem e a empresa classificada está em fase de análise de documentação e provavelmente na próxima semana ocorrerá a homologação. Inteirou que a área está em processo de licenciamento ambiental junto a CETESB. O Presidente informou sobre envio de Requerimentos (para ciência) do Vereador Braz Antunes nos meses de maio (29) e junho (35). Este pontuou sobre Requerimento do mês de junho, que trata sobre a qualidade da água, assunto debatido na apresentação do Sr. Fernando Almeida e que o citado requerimento referenda a apresentação deste resultado ao COMDEMA, ao Prof. Élio Lopes e ao Prof. Ciro. Relatou as respostas dos ofícios enviados à SEDUC (08), SABESP (09) e CETESB (10), informou que estes ofícios se encontram a disposição na SEACON. Em Assuntos Gerais o Sr. Presidente informou que o Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente (FMPRMA) enviou o Relatório anual de prestação de contas de 2018, aprovada pelo seu Conselho Gestor. Este perguntou para as Sras. Elenilda e Marly, representantes pelo COMDEMA no FMPRMA, se gostariam de fazer uso da palavra, não havendo manifestação destas, a prestação de contas foi aprovada ficando à disposição dos conselheiros. Informou sobre os 02 pareceres apresentados na reunião anterior: Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, a Sra. Vivian (Coordenadora) enviou o parecer assinado; Câmara Técnica de Legislação Ambiental, o parecer foi enviado, no entanto, aguarda coleta de assinatura da Sra. Luciana (Coordenadora). O Presidente informou que o Secretário Marcos Libório, não está presente, devido estar representando o Sr. Prefeito em Congresso na cidade de São Luiz do Maranhão. Sr. Ibraim pontuou sobre o contrato de destinação de esgoto entre a SABESP e o município de Santos, e perguntou se considerando sua metodologia, é o mais indicado e o melhor no ponto de vista de sustentabilidade. Este também pautou a questão da arborização, no qual tem visto pela cidade árvores totalmente escalpeladas e tocos nas calçadas e perguntou se há orçamento para arborização (incluindo-se podas e mudas),

pois tornou-se caso de saúde pública e também quanto a ocorrência de ajuste da COPAÍSA (Coordenadoria de Paisagismo) para a SEMAM, ressaltando que em ambas as questões (tratamento de esgoto e arborização) o que o COMDEMA pode fazer? O Presidente inteirou que o melhor tratamento de esgoto é uma efetiva estação de esgoto secundário, até terciário, haja vista do que vem sendo encontrado na baía de Santos. Informou que ainda não está sendo possível, pois envolve investimento do Estado e uma cessão de área para a criação de uma estação desse porte para atendimento a toda a ilha (Santos e São Vicente). Participou que a metodologia no tratamento de esgoto deve mudar, no entanto, com a viabilidade de investimento do Governo, o COMDEMA efetuou resoluções neste sentido com encaminhamento ao Executivo. Saliou que o Ministério Público tem sido atuante. Sr. João Cirilo participou sobre a Lei Complementar nº. 973, de 25/08/17, sobre o manejo da vegetação de porte arbóreo e que nesta há várias formas de proibição de manejo, e devido a esta dificuldade e do grande problema que é hoje na Ouvidoria a reclamação de árvores e o maior recebedor de solicitação para poda é a COPAÍSA, conversou-se diretamente com o Promotor de Meio Ambiente quanto à poda. Sr. João Cirilo informou que a COPAÍSA foi desvinculada da SEMAM e vinculada a SESERP para ter-se agilidade, pois teria a disposição mão de obra para auxiliar no serviço e também a utilização de maquinário, fato este ocorrido tornando o serviço mais ágil. E se esta retornar para a SEMAM haverá a necessidade da criação de uma Política Pública para auxiliar este serviço, questão esta de responsabilidade da Prefeitura, pois é quem efetua a execução de orçamento destinado às Secretarias. Informou que a COPAÍSA tem atualmente 68 funcionários quadro este diminuto, para atender toda a área verde do município, informando que atualmente não há viveiro disponível. Saliou que hoje toda a aquisição de mudas seja parte arbórea ou herbáceas é efetuada pela Prefeitura via licitação. O Presidente convidou o Sr. Élio para efetuar apresentação na próxima reunião do COMDEMA, com a pauta: Existência de metais pesados na água para abastecimento público no município de Santos. Informou que estenderá convite à SABESP para contraponto deste assunto. Sr. Marcos Bandini reiterou da importância de recomendação do Conselho para que se organize ou reorganize na administração municipal um setor regulamentado para gestão do saneamento (água e esgoto, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais). Informou que é importante por conta da estruturação do saneamento no país e da própria operação. Sugeriu que através do COMDEMA fosse recomendada uma proposta ao Executivo quanto a criação deste setor. O Presidente participou que foi sancionada em 2016, por meio de Decreto Municipal, a criação do Conselho Municipal de Saneamento. A Sra. Marly informou que é representante pela PRODESAN do Conselho de Saneamento. Sr. Marcos Bandini informou que para uma aprovação, enquanto resolução há necessidade de grupo específico para efetuar a análise da resolução. O Presidente informou que encaminhará para análise da Câmara de Legislação Ambiental, minuta de resolução e posterior apresentação na próxima reunião do COMDEMA. Sr. Renato sugeriu trazer ao Conselho os assuntos relacionados ao município de Santos que são discutidos no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Saliou que nos últimos meses foi votado no CONSEMA o parecer do EIA/RIMA da obra da Companhia de Gás de São Paulo (COMGÁS) implicada diretamente no município de Santos, e que o COMDEMA não teve menção sobre a questão. Ressaltou que na semana passada foi aprovado dois planos de manejo, um deles da APA Marinha Litoral Centro, sendo este, diretamente com respeito a Santos. O Presidente comunicou ao Sr. Renato que pautará mensalmente nas reuniões do COMDEMA as ações ocorridas no CONSEMA. Sr. Renato informou sobre Audiência Pública (03/07) em Cubatão como pauta a COMGÁS, na qual foi percebido o faseamento do projeto da COMGÁS, ou seja, foi criada uma primeira fase deste terminal que será flutuante, com mais uma tubulação (apresentada na audiência) que vai até o city gates, para fazer o tratamento e a estocagem do gás que será no município de Cubatão, porém o porto flutuante ficará no estuário do município de Santos. Destacou que o gasoduto que sairá do city gates de Cubatão subirá até São Bernardo do Campo. Sr. Renato participou que na Audiência foi informado que a distribuição mensal atual de gás é de 14 milhões de metros cúbicos para

atendimento a mais de 200 municípios, e com esta operação em viabilização, dobrará a capacidade para 28 milhões de metros cúbicos. Relatou que também foram colocados os impactos ambientais e socioambientais positivos e um dos impactos positivos foi a melhora da qualidade do ar. Externou preocupação em relação aos impactos cumulativos, questionando se houve consideração sobre os quantos milhões de metros cúbicos são transportados por um navio, pois estes emitem CO2 e qual a quantidade necessária de navios que serão utilizados. Sr. Renato informou que o gasoduto a ser construído pela COMGÁS e que passou pela audiência será apresentado no CONSEMA para aprovação de parecer, e que este, abastecerá uma nova usina termoelétrica que será instalada no bairro da Pedreira em São Paulo. Informou que ocorrerá Audiência Pública no Teatro Guarany no dia 16/07 às 17h, sobre a construção da Ponte Santos-Guarujá. Sr. Ibraim falou sobre a perda da sustentabilidade e informou que na Audiência Pública da COMGÁS enviou manifesto do Fórum da Cidadania sobre o desmonte do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Participou que na Audiência deixou algumas observações e informou que no laudo da CETESB foram apontados 20 impactos com algumas mitigações, todos eles com relação a intervenções na biota, porém nenhum apontando a capacidade explosiva do empreendimento. Informou que as argumentações (manifestos) estão à disposição do COMDEMA. Sr. Ibraim complementou informando sobre normas internacionais, em uma delas basicamente, não se recomenda a instalação de gasodutos onde há tráfego de navios. Ressaltou que o Sr. João Cirilo, não deu explicação sobre a questão dos tocos de árvores. O Presidente informou que o manifesto será encaminhado aos conselheiros por e-mail. Sr. Eduardo Lustoza informou que a questão do transporte de gás por navios é de suma atenção, pois na vizinhança operam os Terminais de Graneis Líquidos da Alemoa e da Ilha do Barnabé que são áreas classificadas, ou seja, sob risco permanente dos produtos inflamáveis sujeito a explosão. Este informou que na Audiência Pública do dia 16/07, a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS) está contra a posição da Ponte que terá 7,5 quilômetros de extensão, subindo 85 metros de altura, contra um túnel que desce 25 metros, reservando 1,5m abaixo do maior calado projetado para o canal de navegação. Participou que o Comando da Aeronáutica (COMAER) deu parecer favorável a construção da ponte, segundo a Ecovias em reunião do CAP/Santos. Convidou os conselheiros para participarem da Audiência Pública. Este participou sobre conclusão de mestrado na Unisantia, dissertação sobre o transporte de grão por sistema dutoviário, com resultados relevantes na Redução de Gases e Efeito Estufa (GEE) e impacto no porto de Santos. O Presidente convidou o Sr. Eduardo Lustoza para efetuar apresentação deste tema, na reunião de setembro. Sr. Élio informou que em relação ao projeto do navio de gás, caberia ao Secretário de Meio Ambiente, manifestar-se sobre este tipo de projeto. O Presidente informou desconhecer se o Secretário teve ciência do projeto. Sr. André apontou que o projeto da COMGÁS começa com um impacto enorme de extração, e que este projeto consome energia ao invés de produzi-la, porque para transporte por navios o gás será comprimido (resfriado a menos de 164 graus), ou seja, gastará energia para o resfriamento. Informou que além da questão ambiental, há a econômica na qual há os subsídios e isenções fiscais. O Presidente informou sobre documentação enviada pelo Sr. Mário Bernardino para evento no dia 21/07, em que haverá a realização de uma marcha popular para o controle de agrotóxicos, e maiores informações estão na página do Facebook. Comunicou da entrega de manifesto pelo Sr. Anderson na reunião de hoje do grupo de plantio coletivo solicitando esclarecimentos quanto ao plano de manejo arbóreo. O Presidente informou a este que a documentação entregue será anexada junto aos pareceres das Câmaras Técnicas de Legislação e de Qualidade Ambiental para encaminhamento ao arquiteto Glaucus. Comunicou que devido estar de férias, a próxima reunião será conduzida pela Vice-Presidente Sra. Vivian Merola. Agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, sendo a Ata, depois de lida e aprovada, assinada por mim, Gláucia Santos dos Reis e pelo Presidente do COMDEMA.

MARCIO GONÇALVES PAULO
PRESIDENTE

GLAUCIA SANTOS DOS REIS
SECRETÁRIA